

Repartimento dos Pilões: terra de castanheiras e castanheiros





Repartimento dos Pilões: terra de castanheiras e castanheiros



SUMÁRIO

4

Apresentação

6

No vale do Jari

12

Repartimento e pilões

15

A comunidade

17

Espaço e infraestrutura comunitária

25

Atividades produtivas

26

Agricultura

29

Caça

32

Pesca

33

Artesanato e trabalhos

37

“Castanhais para sempre! E biscoitos também!”

38

O ofício nos castanhais

48

O ouro branco das matas

52

Castanhais de avanço

53

A culinária da castanha

57

Conflitos e lutas da comunidade

58

Luta pela terra

61

O empate

63

A luta pela Reserva Extrativista Floresta Viva

Apresentação

Nas Ciências Sociais, é grande a produção acadêmica sobre povos e comunidades tradicionais da região amazônica. Nas últimas décadas, pesquisas realizadas em diferentes campos e motivadas por variados interesses produzem conhecimentos em parceria com esses sujeitos coletivos. Assim, geram relatórios, artigos e livros que apresentam particularidades sobre a Amazônia vivenciada por inúmeras famílias locais. Entretanto, muitas vezes, o formato acadêmico e os rigores das normas técnicas tornam esses conteúdos distantes dos principais interessados, não dialogam com outras formas de contar a história do lugar e não se inserem em espaços de socialização de conhecimentos, por exemplo, nas escolas de ensino fundamental e médio existentes nas localidades onde foram realizadas as pesquisas.

A coleção **Amazônia Recontada** nasce com o propósito de divulgar os resultados de pesquisas realizadas na região para grupos representantes

de povos e comunidades tradicionais. O conteúdo produzido com o rigor acadêmico assume linguagem e formato mais convidativo para o público em geral. Como um recurso que ajuda a contar a história dos lugares, os livros da coleção têm ilustrações de cenas cotidianas observadas em pesquisas de campo. São livros que podem ser utilizados em sala de aula, fazer parte do acervo da associação comunitária ou estar presentes nas casas das famílias como uma contribuição para o registro da história do lugar e o repasse para as futuras gerações. Além disso, a coleção permite a troca de experiências e vivências entre diferentes grupos, que podem estar em localidades distantes, mas podem eventualmente se reconhecer nas histórias uns dos outros, conectando elementos em comum. A coleção assume, portanto, infinitas possibilidades de usos e apropriações, o que estimulamos fortemente com os votos de boa leitura.

Gilberto Rocha

Diretor Geral do Núcleo de Meio Ambiente
Universidade Federal do Pará

No vale do Jari

A comunidade de Repartimento dos Pilões fica no distrito de Monte Dourado, no município de Almeirim, um dos maiores do Pará, com 72.954,5

A trajetória de ocupação do vale do Jari foi marcada por processos históricos de apossamento de terras públicas e superexploração do trabalho das populações locais, intensificados na segunda metade do século XX.

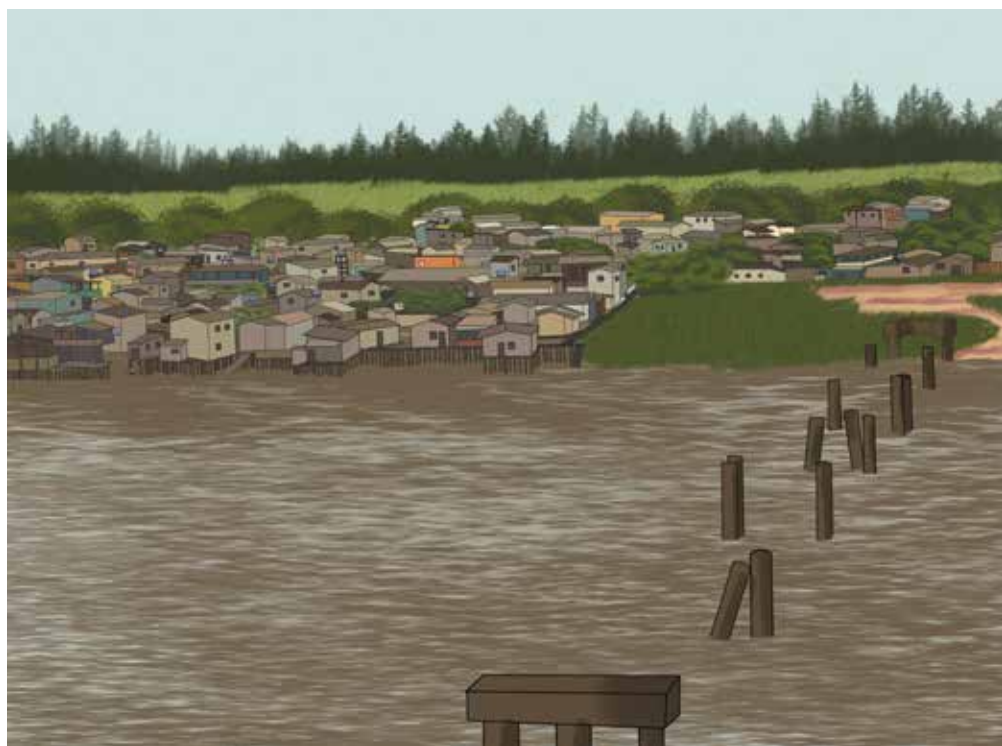
km². A sede do distrito é a cidade de Monte Dourado, erigida no fim dos anos 1960 na margem direita do rio Jari, divisa natural entre os estados do Pará e do Amapá. Do lado amapaense, fica Laranjal do Jari, acessível por meio de embarcações que atravessam o rio em poucos minutos.

A trajetória de ocupação do vale do Jari foi marcada por processos históricos de apossamento de terras públicas e superexploração do trabalho das populações locais, intensificados na segunda metade

do século XX. Até o fim dos anos 1940, vastas extensões de terras no vale pertenciam a um dos

maiores latifundiários da Amazônia, o coronel José Júlio de Andrade. Como seus domínios, incluindo fazendas e porções de floresta nativa, se espalhavam nos territórios paraense e amapaense, Andrade monopolizava a extração e a comercialização de produtos florestais, principalmente da castanha-do-pará, em toda a região.

O monopólio baseava-se no sistema do aviamento, muito difundido na região amazônica. Nesse sistema, os patrões adiantavam aos extrativistas os suprimentos necessários ao trabalho na floresta, por preços muito mais altos que os cobrados para pa-



gamento à vista. Quando os extrativistas retornavam com a produção, compravam-na por preços que os próprios patrões estipulavam. Desse modo, os extrativistas ficavam sempre endividados e sujeitos aos patrões.

Em 1948, José Júlio de Andrade vendeu as terras a um grupo de comerciantes portugueses. Aproveitando a mão-de-obra local, inclusive dos primeiros moradores de Repartimento dos Pilões, os portugueses deram continuidade às atividades agrícolas e extrativistas até então



desenvolvidas com base no sistema de aviamento. Os resultados comerciais obtidos em duas décadas de trabalho, considerados insatisfatórios, levaram o grupo a vender as terras do para um empresário dos Estados Unidos.

Em 1967, Daniel Ludwig adquiriu uma área de mais de um milhão de hectares, com o apoio do governo brasileiro, para instalar um grande projeto de produção de celulose: o Projeto Jari, que contaria com uma sede urbana e uma planta industrial moderna. Os antigos moradores de Repartimento dos Pilões relembram que o anúncio do empreendimento de Ludwig trouxe esperanças de crescimento econômico, criação de empregos, independência dos patrões e melhoria de vida, além da promessa de permanência na terra.

Contrariando as expectativas positivas, o Projeto Jari rapidamente transformou florestas nativas

Os antigos moradores de Repartimento dos Pilões relembram que o anúncio do empreendimento de Ludwig trouxe esperanças de crescimento econômico, criação de empregos [...].

em plantações de eucalipto e gamelina para fornecer celulose ao mercado externo. Implantou uma cidade, Monte Dourado, onde só seus funcionários podiam circular. Criou uma área industrial, composta por uma fábrica e um porto para escoamento da produção, que emite fumaça e ruídos 24 horas por dia. Gerou empregos em número muito aquém do necessário para a população local. Logo os conflitos agrários e ambientais começaram a se alastrar no vale do Jari, e o empreendimento não trouxe o retorno econômico esperado por Ludwig.



Contando mais uma vez com o apoio do governo brasileiro para evitar que tivessem maiores prejuízos, os americanos venderam o projeto para um conglomerado de empresas brasileiras: Jari Celulose, Jari Florestal, Marquesa, Jari Minerais e Ouro Verde Amazônia. Em 1981, o Grupo Jari passou a gerir o projeto com o objetivo de promover o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a conservação ambiental na região. Os problemas econômicos e socioambientais, porém, têm se avolumado desde então.

A partir de 2000, o grupo expandiu o plantio de eucalipto em áreas ocupadas por comunidades que aderiram a seus projetos de fomento florestal, enquanto outras passaram a denunciar as ações da empresa e os impactos socioambientais da monocultura, que empobrece os solos e as famílias agroextrativistas. Esta publicação é um registro de parte da luta da Associação dos Micro e Miniprodutores Rurais e Extrativistas da Comunidade de Repartimento dos Pilões (ASMIPPS) pela conservação das florestas nativas e pela justiça ambiental no vale do Jari.

Repartimento e Pilões

Segundo os moradores de Repartimento dos Pilões, o nome da comunidade alude a dois marcos da paisagem local. Repartimento derivaria das formações rochosas existentes no igarapé Inferno, que parecem dividi-lo em dois. Já o nome Pilões decorreria de outra formação rochosa presente no mesmo curso d'água, assemelhada a





um grande pilão. Em outra versão, atribuída aos mais antigos, esse nome remeteria aos vestígios arqueológicos encontrados na localidade, a exemplo de vasilhas e pilões de pedra usados pelos povos originários: "uma fábrica de índio", como narrou um morador.

Com efeito, as formações rochosas de Repartimento dos Pilões salientam-se na paisagem local. Cercada por serras e vegetação, a comunidade fica em uma das partes mais baixas da região,



como se estivesse no fundo de um grande vão formado por árvores, entre as quais se destacam castanheiras e eucaliptos. O acesso à localidade é feito por meio de estradas e ramais não pavimentados que, por cerca de 63 km a partir de Monte Dourado, acompanham os plantios de eucalipto da Jari.

A comunidade

Repartimento dos Pilões abriga 43 famílias que, a partir de diferentes origens e trajetórias, aí passaram a conviver. Algumas foram constituídas por meio do casamento entre pessoas que cresceram no lugar, desde cedo acompanhando pai e mãe nos serviços da roça e da coleta de castanha-do-pará para os portugueses, antes da implantação do Projeto Jari. Outras famílias chegaram à localidade nos anos 2000, vindas do Sul e do Nordeste do país em busca de trabalho no projeto ou de terras férteis e acessíveis. Outras, ainda, já tendo vivido em assentamentos agrícolas, vieram com esperança de legalizar um lote de terra para a agricultura.

Assim como as expectativas e os interesses, variam os modos de vida das famílias locais em relação à terra, aos recursos naturais e à própria comunidade. Os moradores mais antigos, mais habituados à lida extrativista e mais dependentes do comércio de castanha, têm na floresta uma fonte insubstituível de recursos e experiências de vida. Os mais recentes, dedicados

principalmente à agricultura, veem na regularização dos lotes cultivados a garantia de prosperidade.

Os mais antigos mantêm relações mais próximas de parentesco, compadrio e afinidade; tratam-se por apelidos desde a infância, e muitas

Repartimento dos Pilões abriga 43 famílias que, a partir de diferentes origens e trajetórias, aí passaram a conviver.

vezes ocorre de desconhecerem os nomes uns dos outros. Os mais recentes são, aos poucos e em diferentes medidas, incorporados ao grupo preexistente. Relações são construídas, rompidas, reatadas, reforçadas ou desconsideradas, em uma dinâmica de alianças e rivalidades continuamente alimentada pelos conflitos que circundam Repartimento dos Pilões e outras comunidades no entorno da Jari.

Espaço e infraestrutura comunitária

A distribuição socioespacial das moradias, construções de uso coletivo e benfeitorias revela, em parte, os movimentos de aproximação e distanciamento entre os membros da comunidade. As casas – a maioria delas com poucos cômodos e feita de madeira, ou de madeira e alvenaria, e coberta com telhas de fibrocimento – ficam muito próximas umas das outras, ao longo de uma rua de terra batida que atravessa quase toda a extensão da comunidade.



A escola Monteiro Lobato, cuja primeira professora foi Isabel Almeida, o barracão comunitário inaugurado em 2016 e a casa do Agente Comunitário de Saúde (ACS) também ficam nessa rua, formando uma espécie de vila central da comunidade. Em uma das pontas dessa via, o ramal do

Cacoal se destaca, seguindo rumo próprio, e aglutina outras casas, maiores que as da vila e em grande parte pertencentes aos moradores mais recentes.

A maioria das casas não possui fossa sanitária, e usam-se latrinas no fundo do quintal. O abastecimento de água na comunidade é precário.

A maioria das casas não possui fossa sanitária, e usam-se latrinas no fundo do quintal. O abastecimento de água na comunidade é precário. Uma das principais fontes é o igarapé Inferno, que, apesar do

assoreamento (devido ao lixo depositado em suas margens) e da contaminação por substâncias usadas no plantio de eucalipto, também continua sendo usado para banho, sobretudo, pelas crianças.

Dois olhos d'água – um, próximo à vila; outro, localizado a 60 metros acima da comunidade – cons-

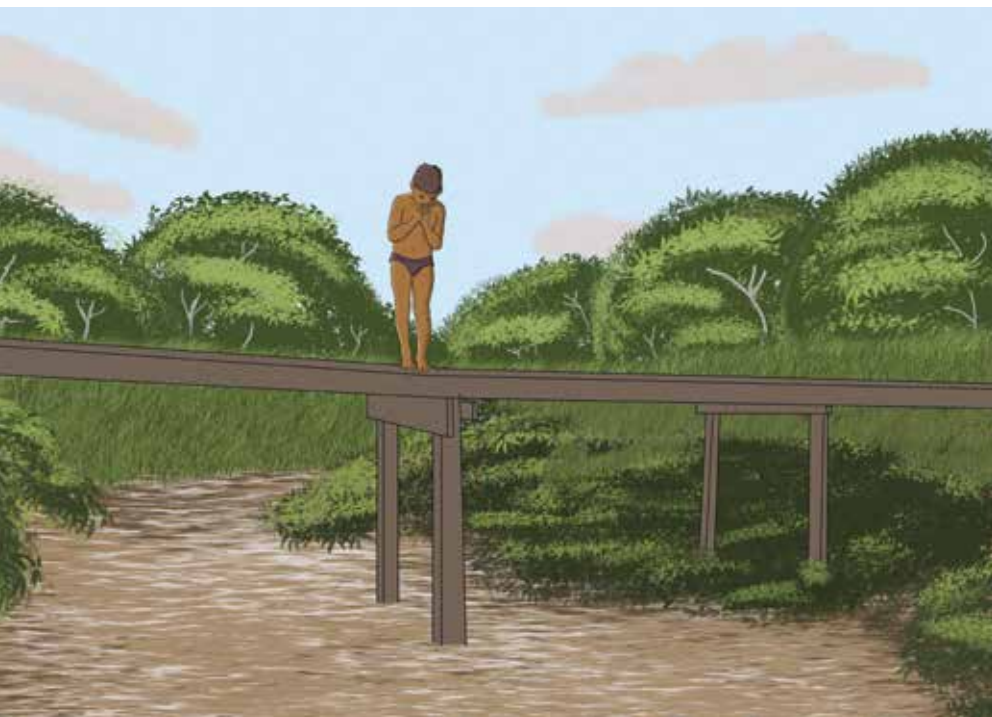
tituem fontes alternativas e de boa qualidade, mas sua utilização ainda é incipiente. Por fim, uma barragem construída pela empresa Jari em um lago nas imediações da comunidade provê uma água escura e de odor desagradável, acumulada em uma estrutura de uso industrial e imprópria para ser usada como recipiente de água destinada ao consumo humano.

As más condições de acesso à água e de saneamento favorecem a ocorrência de doenças infectocontagiosas que os moradores tratam, principalmente, com o uso de remédios caseiros como chás e xaropes preparados com ervas cultivadas e plantas extraídas da floresta.

Remédio	O que trata?
Xarope de hortelã grande, cumaru e folha de alfavaca	Tosse
Chá de flor e folha de sabugueiro	Febre, caxumba
Casca de preciosa	Cólicas e problemas intestinais
Chá de casca de ipê	Diabetes
Chá de amor crescido	Problemas do fígado
Boldo (de folha grande e miudinho)	Problemas do estômago
Capim-marim ou capim-santo	Dores de cabeça e estômago
Erva-de-jabuti ou comida-de-jabuti	Pressão alta
Leite da fruta do cumaru	Dor de ouvido

A unidade de saúde mais próxima fica na comunidade Braço, a 30 km de distância, e só trata casos de menor complexidade. Para casos mais graves, os doentes precisam ir ao hospital de Monte Dourado, a pouco mais de 60 km de distância.

A eletrificação rural chegou a Repartimento dos Pilões no final de 2018, como fruto do programa Luz Para Todos, em parceria com a Rede Celpa. Até meados daquele ano, porém, os moradores rateavam a compra de combustível para alimen-



tar um gerador que distribuía energia para as residências de 18h às 22h, em média. Nesse horário as famílias ligavam freezers e televisões.

O telejornal das 20h e a novela das 21h faziam parte da rotina noturna. Às quartas-feiras o gerador era desligado um pouco mais tarde para que os admiradores de futebol pudessem acompanhar os jogos. A propósito, as partidas de futebol são eventos privilegiados na vida comunitária. Dois campos, um na vila central e outro no ramal do Cacoal, costumam reunir os moradores nos fins de tarde e nos fins de semana.

As duas igrejas – uma católica e outra evangélica – também são pontos importantes de encontro e socialização entre os moradores. A igreja católica tem como padroeira Nossa Senhora da Conceição e recebe uma visita mensal do padre; as demais celebrações são conduzidas pelos fiéis da própria comunidade. A Congregação Monte Sinai, ligada à

Reunir-se para contar e ouvir histórias, sobretudo à noite, também é uma prática dos moradores de Repartimento dos Pilões. As histórias de visagens são particularmente apreciadas.



Assembleia de Deus, também tem cultos mensais realizados por um pastor, e os demais são celebrados pelos moradores, que formam grupos de jovens e círculos de oração.

Reunir-se para contar e ouvir histórias, sobretudo à noite, também é uma prática dos moradores de Repartimento dos Pilões. As histórias de visagens são particularmente apreciadas, e o castanhal Caixa d'Água costuma ser lembrado como cenário de experiências incomuns, como conta Seu Bebê:

Nesse meu castanhal, você vai ver o que se apronta por lá, é contínuo. Teve um moreno que me suspendeu da rede, eu dei um tiro e ele não voltou mais.

Um dia eu estava deitado lá, na minha rede, e do outro lado do igarapé morava a esposa do Cordel. A gente cansa de tomar banho nesse igarapé, tem até uns capacetes para a gente se jogar água. Um dia, eu ouvi os capacetes batendo e gritei: Ei, Cordel!!! Ninguém respondeu. Depois ouvi as panelas da casa dele fazendo barulho, peguei o meu



facão, fui lá ver que bandalheira era essa. Quando cheguei lá, os capacetes estavam enxutos, na casa não tinha ninguém, então eu pensei: É, rapaz....

Outra vez foi no porto, meu barraco fica lá pertinho e tinha uns pés de pupunheira. Chegou alguém lá e deu três tiros, não sei o que foi. Na ponta tem uns 10 pés de abacateiro que enchem de paca quando o igarapé está cheio. Avistei um veado, atirei nele, e ele saiu se debatendo. Quando fui atrás do veado, uma lanterna ficou focando bem na minha cara, eu reclamei para tirar da minha cara, achando que era um colega que sempre passa por lá. Ele deu três focadas direto. Cheguei no meu barraco e não tinha ninguém, esse meu colega nem apareceu por lá.

Embora muitas pessoas, como o próprio Bebé, afirmem não acreditar em narrativas como essas, seja em função de crenças religiosas, seja em função de convicções científicas, as visagens e as histórias em torno delas estão presentes nas memórias e nas experiências de grande parte das comunidades amazônicas, assim como em Repartimento dos Pilões.

Atividades produtivas

Os moradores de Repartimento dos Pilões vivem, predominantemente, do extrativismo – sobretudo de castanha-do-pará, que será objeto de um tópico à parte, dadas a importância e a complexidade das práticas e relações envolvidas – e da agricultura.

Em menor volume, também criam animais, praticam caça e pesca para consumo próprio e produzem artesanato para comercialização. Alguns moradores são assalariados, na condição de funcionários públicos na própria comunidade, ou em empresas privadas sediadas em Monte Dourado ou em Laranjal do Jari, cidade amapaense que fica defronte a Monte Dourado, bastando atravessar o rio Jari para alcançá-la. Outros vivem de bicos nessas localidades.

As atividades produtivas realizadas na comunidade obedecem ao ciclo de chuvas característico da

As atividades produtivas realizadas na comunidade obedecem ao ciclo de chuvas característico da região do Baixo Amazonas paraense.

região do Baixo Amazonas paraense. Chama-se verão o período que vai de julho a novembro e corresponde à estiagem e à seca dos rios e igarapés. O inverno, por sua vez, compreende os meses chuvosos de dezembro até maio ou junho, quando enchem os rios e igarapés.

Agricultura

A agricultura é praticada, principalmente, no verão. É nessa estação do ano que se prepara o roçado por meio da coivara, uma técnica agrícola tradicional que se caracteriza pela operação de corte e queima da vegetação de um terreno para





limpá-lo e adubá-lo com as cinzas. Tratado o terreno, os plantios são feitos em tempo de serem beneficiados pelas chuvas que logo chegarão.

As roças são familiares e, geralmente, ficam em partes mais altas da comunidade, distantes das moradias. Nelas predominam cultivos de ciclo curto, isto é, plantas que concluem seu ciclo produtivo em até menos de um ano: batata-doce, cará, feijão, hortaliças, macaxeira, mandioca e milho, por exemplo.

Alguns moradores, em geral aqueles que não se dedicam ao extrativismo vegetal, cultivam



maior variedade de plantas, inclusive as de ciclo longo ou perene. Em algumas roças, portanto, encontram-se pés de açaí, acerola, amora, banana, cacau, camu-camu, coco, goiaba, jerimum, laranja, limão, mamão, manga, pupunha e uxi.

Os produtos agrícolas são destinados ao consumo próprio e ao abastecimento das cidades vizinhas, Monte Dourado e Laranjal do Jari, onde são vendidas em feiras semanais. Um caminhão é usado para o transporte dos produtos e dos produtores.

Caça

Praticada com o objetivo único de consumo próprio, a caça faz parte da alimentação das famílias de Repartimento dos Pilões. Realizada principalmente pelos homens, trata-se de uma atividade tradicional que exige conhecimentos e experiências desenvolvidas no contato prolongado com a floresta, onde os sentidos (visão, audição, tato, olfato e paladar) são treinados e aperfeiçoados. Também é nas matas que o bom caçador aprende a imitar com precisão os sons emitidos por animais silvestres como o macaco prego, o jacamim, o mutum e a cutia, entre outros que deseje capturar. Nivaldo Carvalho, mais conhecido como Dinho, explica que o arremedo é um método bom para atrair os animais a fim de facilitar a caçada:

Eles vêm. Na mata eles vêm. Eu me escondo, arremedo e eles vêm bem pertinho. Às vezes, quando tem alguém que come [aquele animal], o cara vai e mata. Quando não tem, ele vem perto e a gente aparece, e ele sai doido. A gente se esconde. O jacamim também, a gente arremeda. Ele faz assim: [Dinho produz sons de estalos com a boca e a

palma da mão]. Já o mutum não, o mutum é assim: [ele emite um som com a voz comprimida]. Ele também vem, se ele estiver no chão, ele vem.

As caçadas não são programadas em um período específico, mas são mais frequentes no verão, quando a chuva e a safra da castanha cessam. Os apetrechos de caça mais usados são espingardas e rifles. Alguns caçadores montam acampamento por dias e noites na mata, geralmente atando uma rede no alto de uma árvore para prevenir ataques de animais peçonhentos que transitam no solo.

De acordo com Seu Raimundo Fernandes, conhecido como Pelé, as caçadas baseiam-se em técnicas diferenciadas conforme a ocasião e o tipo de animal visado. Na caçada de espera, o caçador se aloja próximo a uma *cumidia*, isto é, uma fonte de alimento que atrai o animal e facilita que ele seja capturado em um momento de distração, enquanto come. A *cumidia* geralmente é uma árvore frutífera ou um local onde o caçador acumula frutos propositalmente: “*Cumidia* é, por exemplo, um pé de piquiá, um pé de uxi. Cada

fruta que ela [a caça] vai [buscar], a gente chama como *cumidia*. Ah, eu achei uma *cumidia* em tal canto, vou esperar lá hoje." Enfim, a caçada de espera baseia-se fortemente no conhecimento acerca dos nichos ecológicos de cada animal.

A caçada de lanternagem envolve procura e perseguição da presa, logo requer do caçador muita atenção, boa audição, boa visão e certa dose de boa sorte. Correntemente realizada no período noturno, esse tipo de caçada é favorecido por uma preparação prévia do espaço, com a abertura de ramais, por exemplo.

Ademais, há a caçada com uso de armadilhas, que exige maior planejamento, incluindo a aquisição e/ou a fabricação de estruturas para aprisionar as caças. No entanto, esse tipo de método tem sido evitado na comunidade, uma vez que já resultou em acidentes fatais para os próprios caçadores.

Enfim, a caçada de espera baseia-se fortemente no conhecimento acerca dos nichos ecológicos de cada animal.

Pesca

A pesca é uma atividade pouco usual em Repartimento dos Pilões, pois a comunidade enfrenta uma escassez de pescado agravada pela redução

Os moradores se queixam da ação de pessoas de fora da comunidade, que, segundo eles, praticam a captura predatória de animais aquáticos nas cabeceiras de rios e igarapés, usando técnicas e equipamentos de mergulho.

do volume hídrico dos igarapés que a cortam. Nesse cenário, são as crianças que mais se dedicam à captura de peixes, mais para entretenimento que para alimentação. Usam para isso as próprias mãos, varas de pescar e instrumentos de mergulho.

Os moradores se queixam da ação de pessoas de fora da comunidade, que, segundo eles, praticam a captura predatória de animais aquáticos nas cabeceiras de rios e igarapés, usando técnicas e equipamentos de mergulho.

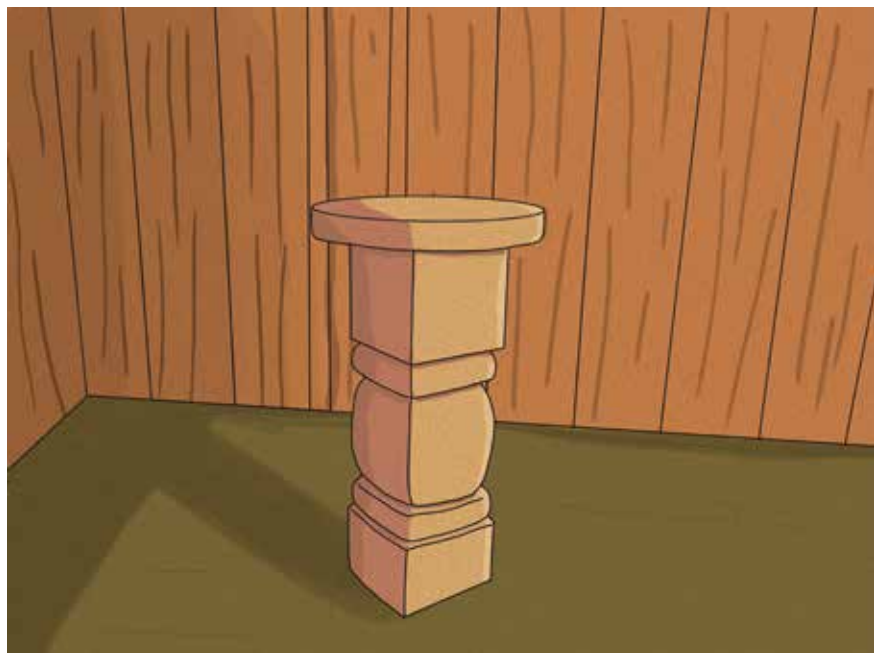
Ao mesmo tempo, têm debatido medidas para repovoar os cursos hídricos da comunidade, como a pesca moratória, por exemplo, que consistiria na proibição da pesca até a população de peixes ser restaurada nos lagos da região.

Artesanato e trabalhos manuais

Um reduzido número de moradores de Repartimento dos Pilões se dedica à confecção de objetos artesanais, pintura em tecidos e corte e costura como fontes complementares de renda familiar. Essas atividades, em geral, são realizadas para prover as próprias casas de objetos úteis e belos.

Uma notável exceção é a produção do paneiro, espécie de cesto que os extrativistas carregam nas costas, repletos dos ouriços de castanhas que coletam nos castanhais.





Na comunidade há apenas duas pessoas que tecem paneiros: Seu Getúlio e Josué. Ambos os fazem para uso próprio, sendo que o primeiro também vende os paneiros que produz. Segundo Josué, a manufatura do paneiro foi um conhecimento adquirido dentro de sua família: “Eu aprendi com a mãe. A mãe fazia, aí eu fui também aprendendo a fazer. O que ela ia fazendo ela ensinava a gente e íamos aprendendo.” A curiosidade sobre esse objeto refere-se ao seu preço de mercado, que varia de acordo com o pre-

ço da castanha em cada safra. Em abril de 2017, por exemplo, quando a barrica de castanha custava cerca de R\$500,00, Seu Getúlio revelou:

Olha, na época que nós estamos, para eu lhe dizer sobre o preço do paneiro, a senhora vai se assustar. É R\$500,00. É o preço de uma barrica de castanha. Aí um amigo meu falou: “Rapaz, [vou] falar a verdade, eu te falo, eu jamais dou 500 reais num paneiro.” E eu digo: Eu jamais dou um paneiro por menos de uma barrica de castanha!



Questionado sobre o preço, o artesão explicou que envolve uma conta feita desde o tempo dos antigos.

Desde quando a gente chegou aqui que o paneiro era o trocado numa barrica de castanha. É um rito do povo. Uma barrica de castanha, tu não plantou a castanheira. Em um dia tu vai ao castanhal e tira. E eu, para eu fazer um paneiro, eu vou um dia para tirar a tala. No outro dia eu vou para tirar o cipó. Um dia depois eu venho embora. Quando é no outro dia, eu vou descascar. Depois eu vou destalar e vou tecer o paneiro. Eu passo sete dias para fazer um. E você vai e faz uma barrica de castanha em meio dia. Você acha ruim dar uma barrica de castanha num paneiro? Então não tem paneiro.

“Castanhais para sempre! E biscoitos também!”

O lema de Repartimento dos Pilões reflete a relevância da castanha-do-pará para seus moradores. De fato, a coleta desse fruto é a mais importante fonte de renda das famílias locais, que a praticam para consumo próprio e para venda in natura ou de produtos preparados à base de castanha.



Nas atividades em torno da castanha, homens e mulheres alternam-se entre a floresta e a casa. Eles trabalham, principalmente, no inverno, quando também extraem açaí, andiroba, cacau, copaíba, piquiá, seringa e uxi das florestas ao redor da comunidade. Já as mulheres dedicam-se à preparação de biscoitos e doces por todo o ano, desde que haja estoque da matéria-prima.

O ofício nos castanhais

Cerca de 30 famílias praticam a extração da castanha há muita décadas nos mesmos castanhais – áreas de floresta onde há maior concentração de castanheiras –, e por isso, são reconhecidas como “donas” desses castanhais. Trata-se, na maioria, das famílias mais antigas, que se instalaram em Repartimento dos Pilões na segunda metade do século XX. Na verdade, elas exercem um direito costumeiro de uso daqueles castanhais, zelando por sua conservação e respeitando os limites das áreas de uso de outras famílias.

O direito costumeiro de uso dos castanhais, geralmente, é atribuído aos homens, reconhecidos como seus “donos” e lhes dão nomes – em regra, o pró-

prio apelido ou um nome alusivo a características da paisagem ou do comportamento dos castanhais. Por herança, os castanhais, ou melhor, o direito de usá-los, são transmitidos para os filhos e netos, e assim por diante, como explica o castanheiro Dinho:

Meu pai foi e comprou esse terreno, e passou o castanhal para mim. Com certeza eu vou passar para o meu filho. Ele vai comigo. Tipo assim, tu moras lá na cidade, se tu tens um filho, tu vais querer botar ele para estudar, para seguir aquilo que tu estás seguindo. Aqui a gente tem que fazer o contrário: tem que botar para estudar e ensinar o que a gente faz também.

De acordo com o costume, os direitos de "donos" mantêm-se como prerrogativas primordialmente masculinas, muito embora haja uma exceção à regra, que é Dona Isabel, "dona" de um castanhal herdado de seu pai. Pode ocorrer de um "dono" ter mais de um castanhal, ou de um castanhal ter mais de um "dono". Nesse último caso, os espaços de trabalho de cada "dono" são delimitados e cada qual pode dispor de seu próprio paiol, uma espécie de barraco pequeno para armazenar as castanhas.

Castanhal	Dono	Paiol
Careta	João	Escada
	Solda	Ponta Nova
		Caretinha
		Paiol Grande
Caixa d'Água	Kojak	Quebra de Milho
	Josué	Lata
		Caititu
	Bebé	Grande
		Baixo
		Tabocal
		Pedral
		Barraco
		Edeleuza
		Sazupenda
		Extrema
		Piquiá
	Cordel	Finado Gegé
	Perobo	Lacrau
		Braba
Castanhal Novo	Bigode	
	Lauro	
	Mucuíta	
	Getúlio	
Pão	Nivaldo	

Castanhal	Dono	Paio!
	Nicácio	
Ambição	Cordel	
	Zé Maria	
	Bigode	
Botafogo	Zé Maria	Paio!
		Tatuquira
Vai Quem Quer	Freitas	
	Jurandir	
Escorrega	Bebé	
	Freitas	
São Raimundo	Wilson	
	Raimundo	
	Wilson Filho	

Embora os homens se dediquem mais ao extrativismo, toda a família extensa (incluindo cunhados, genros, sobrinhos e outros) se envolve na coleta de castanha e dividem a renda obtida com a venda do produto. No passado, era comum que mulheres e crianças também passassem temporadas nos castanhais; atualmente, devido ao calendário letivo, afastam-se de casa mais raramente.

Com a derrubada da floresta nativa e o avanço das plantações de eucalipto da empresa Jari, os castanhais foram ficando cada vez mais distantes das áreas de moradia da comunidade. Assim, o acesso a eles demanda o uso de animais de carga, sobretudo, burros e/ou caminhadas por trechos íngremes, que se tornam mais cansativas por causa das chuvas frequentes nos meses de safra da castanha. As distâncias para os castanhais são medidas pelo tempo gasto na caminhada. Até o castanhal de Dinho, por exemplo, leva-se de uma ou duas horas *no pancadão*, isto é, em um ritmo acelerado de caminhada.



Alguns castanheiros, por preferência ou necessidade, caminham três ou quatro horas para ir e voltar do castanhal diariamente. Outros, como Nicácio Araújo, optam por acampar na floresta por períodos de 15 a 30 dias durante a safra, levando mantimentos, vasilhas e panelas para preparar refeições à base de carne de caça. No acampamento, montam barracas com forquilhas e lonas, que são amarradas com cipós. Embora simples, essas estruturas protegem da chuva e do vento comuns nas noites de inverno. Alguns castanheiros chegam a construir casas de madeira e cipós em seus castanhais, principalmente nos mais distantes.

Antes de se retirarem para o acampamento ou retornarem às suas casas, a jornada dos extrativistas é longa. Durante todo o dia eles recolhem e armazenam os ouriços encontrados nos castanhais. O ouriço é uma espécie de cápsula arredondada, com cerca de 8 a 15 cm de diâmetro, cuja casca espessa, dura e amarronzada protege as castanhas.

**Alguns
castanheiros
chegam a construir
casas de madeira
e cipós em seus
castanhais,
principalmente nos
mais distantes.**

Para pegar os ouriços caídos espalhados no chão, usa-se o cambito, uma espécie de vara de madeira que tem uma das pontas cortada em quatro partes para prender os ouriços. Uma vez coletados, eles são armazenados no paneiro, como narra Josué:

Eu levo o paneiro, a foice de quebrar a castanha, e lá no mato, quando a gente chega lá faz o cambito para ajuntar a castanha, aí ajunta, quebra, bota no paneiro, traz. Ou então deixa ensacada para o animal carregar, o burro trazer de lá para cá.

O passo seguinte é quebrar o ouriço para extrair as castanhas. Faz-se isso em cima de um “quebrador”, que pode ser uma pedra, um tronco ou mesmo um chão de terra, geralmente ao pé de uma árvore da mata. Para abrir os ouriços sem cortar as amêndoas, é preciso técnica e experiência. Com foice ou machadinho, o extrativista dá um golpe certo em cada lado do ouriço, e despeja as amêndoas em sacas de sarrapilha, que são armazenadas nos paióis. Alguns deixam para quebrar os ouriços no final da temporada de trabalho, mas outros preferem quebrá-los diariamente, ao fim do dia, para



evitar que os ouriços acumulados atraiam animais peçonhentos como cobras, escorpiões e aranhas. Para maior segurança, os castanheiros usam botas e luvas sempre que possível.

De volta à comunidade, alguns castanheiros usam burros para auxiliar no transporte do produto obtido nos castanhais. Para quem não possui animais de carga é possível alugá-los, pois moradores como Vanildo Carvalho, mais conhecido como Bigode, os criam para essa finalidade.

O armazenamento das castanhas ensacadas é feito em pequenos depósitos de madeira,

cobertos com palha ou telhas, próximos às moradias dos castanheiros. Aqueles que não possuem depósitos emprestam o espaço de um vizinho. De lá a castanha está pronta para seguir viagem em um caminhão conduzido por comerciantes, referidos como atravessadores, que compram e revendem o produto em Monte Dourado e Laranjal do Jari para outros comerciantes.





O ouro branco das matas

Devido ao interesse comercial despertado pela castanha, é comum que ela seja referida como o "ouro branco" que vem da floresta.

De fato, a castanheira (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) é

A manutenção dos castanhais é realizada nos períodos de entressafra e envolve a limpeza do mato e o corte dos cipós que ficam nos pés das castanheiras e, segundo os extrativistas, diminuem a produção das árvores.

uma espécie nativa abundante na região do Jari, cujos frutos podem alcançar valores de mercado atraentes do ponto de vista dos extrativistas. Assim mesmo, para o bom aproveitamento de seu potencial econômico, uma série de cuidados é necessária, visando à conservação do solo e das demais espécies ao seu redor, de modo que haja equilíbrio ecológico nos castanhais.

A manutenção dos castanhais é realizada nos períodos de entressafra e envolve a limpeza do mato e o corte dos cipós

que ficam nos pés das castanheiras e, segundo os extrativistas, diminuem a produção das árvo-

res. Para o castanheiro José Maria, o peso dos cipós arranca galhos, provocando a perda de frutos. Desde que começou a executar a limpeza de sua área de trabalho, conforme descrito, "as castanhas que davam pouco, multiplicaram. Ninguém cultivava dessa forma, agora todos fazem assim".

Outra providência que os castanheiros devem tomar é o monitoramento dos castanhais, principalmente, no período de floração das árvores. Eles contam que, todo ano, próximo do fim da safra, as flores das castanheiras caem e cobrem o chão. Quanto mais flores houver, mais castanhas haverá, segundo José Maria.

Se der bastante flor, vai dar bastante ouriço. Se der pouca flor, dá pouco ouriço. Nós temos essa experiência. Assim, ano de bastante flor que até escorregamos nas flores, vai dar bem no outro ano [...], ficamos nessa esperança do outro ano dar bastante. Quando tem pouca flor, já sabemos: vai dar, mas bem pouco.

Os conhecimentos, bem como as técnicas de coleta de castanha e conservação dos castanhais, combinam elementos transmitidos

oralmente pelas antigas gerações, informações recebidas do mundo exterior e inovações introduzidas e testadas pelos próprios castanheiros. Construídos em coletividade, trata-se de conhecimentos tradicionais, mas dinâmicos.

Dinâmicos também são os preços da castanha, que oscilam significativamente a cada ano, tornando a renda dos extrativistas imprevisível, como diz Nicácio: “Não tem, não, uma base de quanto eu ganho aqui.” Para ilustrar a situação, ele conta que, até 2017, o valor máximo de venda da barrica de castanha em Repartimento dos Pilões tinha sido de R\$200,00. Naquele ano, porém, devido a uma queda na produção em vários lugares, o preço de venda do produto para os atravessadores chegou a ultrapassar R\$500,00.

Apesar de implicar ganhos menores, o recurso aos atravessadores é frequente. Por um lado, eles muitas vezes adiantam dinheiro aos extrativistas em troca da garantia de receber o produto dos castanhais quando da coleta, por preços que eles mesmos definem, tal como ocorria na época dos patrões que aviavam trabalhadores. Por outro lado, diante da dificuldade de transportar a castanha até

a comunidade, e daí para os mercados nas cidades, os extrativistas preferem vender sua produção para intermediários que o façam. Geralmente, antes da safra, a castanha já está encomendada, e ao fim dela os atravessadores oferecem transporte: seja de burro, para buscar as sacas nos paióis; seja de caminhão, para tirá-las da comunidade.

José Maria, por exemplo, sempre precisa contar com os animais dos atravessadores: "tem que ter o animal, pois é muito tempo caminhando e não tenho condições de trazer. Falta de força, a idade chegou, não dá." A idade é mais uma barreira no trabalho dos extrativistas. Seu Getúlio também não costuma mais entrar em seu castanhal para coletar castanhas, embora ainda cuide da conservação da área. Assim, ele autoriza a entrada de outros extrativistas mais jovens, com os quais reparte a produção.

A idade é mais uma barreira no trabalho dos extrativistas.

Seu Getúlio também não costuma mais entrar em seu castanhal para coletar castanhas, embora ainda cuide da conservação da área.

Castanhais de avanço

Para quem não é “dono” de castanhal, é facultado o uso comum dos chamados castanhais de avanço: áreas que todos os moradores podem acessar para coletar castanhas, de acordo com a ordem de chegada e a capacidade familiar de trabalho. Essas áreas ficam mais próximas à vila principal, bastando cerca de meia hora de caminhada para alcançá-las. Os castanheiros vão e voltam diariamente para os castanhais de avanço, e trazem nas costas sua produção.

Segundo os moradores, esses castanhais costumam ser os primeiros a produzir, mas a disponibilidade dos frutos se encerra antes do término da safra. Dessa maneira, contando com um período de coleta mais curto e um espaço de trabalho compartilhado com outras pessoas, os usuários dos castanhais de avanço têm ganhos menores que os “donos” de castanhais, ao passo que exploram mais o ambiente. Logo, com a finalidade de regulamentar e orientar o uso sustentável dessas porções de floresta, a comunidade debateu e aprovou, em 2016, o Plano de Uso dos Castanhais de Avanço, que prevê ações de reflorestamento.

A culinária da castanha

O principal produto culinário derivado da castanha em Repartimento dos Pilões são os biscoitos: ou são feitos com leite de castanha, ou com a massa da castanha. Além disso, o próprio leite é um produto muito apreciado. Dilva Araújo prepara-o no liquidificador.

Descasca, bate no liquidificador com água, deixa ele bem grosso. É igual açaí, quase o mesmo processo do açaí. O açaí tu fazes com água, e a castanha, também. Tem que ter o cuidado para não ficar fininho. Tem que saber o ponto. Por exemplo, se eu for preparar para eu tomar, eu vou querer ele mais grosso. Para colocar ele no alimento, na comida, preparar um alimento com leite de castanha, tenho que ver como que eu quero.

Dilva também prepara sorvete, bolos e outras sobremesas, substituindo o leite animal pelo leite da castanha, muito apreciado na região. Segundo Dona Maria Lima Araújo, o leite de castanha não é tão doce quanto o leite animal, mas precisa ser tomado fresco ou congelado para que não fique amargo. Nesse estado, pode ser usado no preparo de doces e mingaus.

Para Dona Maria, tudo da castanha é passível de aproveitamento, exceto a casca, que deve retornar à terra para decomposição da matéria orgânica. O ouriço pode ser usado em artesanato; o bagaço aproveitado no preparo de cocadas e outros doces; e o óleo de castanha serve para fazer frituras. O processo de extração do óleo é mais trabalhoso que o do leite, como explica Dona Maria Lima.

O óleo a gente faz o mesmo. Rala, tira o leite e deixa. Bota dentro de um balde. O tanto que a gente vai tirar. Aí tira tudo, deixa no balde lá, por exemplo, hoje. Aí amanhã tu tens aquela nata por cima. Aí tu só pegas uma vasilha e tira tudinho por cima. E vai botando dentro da outra vasilha. Só aquela nata tu pões no fogo. Vai fervendo, fervendo. De vez em quando a gente vai escorrendo dentro de uma vasilha. Fica já o óleo. Quando termina e já está mesmo só a massa, que já não tem nada para ferver mais, aí tu pegas e botas ele para apurar. Botas no fogo de novo só o que tu já escorreste. Aí ele vai, ferve, ferve. Quando já está apurado, ele não borbulha mais. Aí já está feito o óleo.

Além dos alimentos à base de castanha, as mulheres de Repartimento dos Pilões vêm

desenvolvendo receitas com cacau, visando à produção de chocolate natural. Elas desejam colocar seus produtos no comércio de Monte Dourado e Almeirim, comercializá-los em eventos e fornecê-los à Prefeitura de Almeirim para complementar a merenda escolar na própria comunidade. Para tanto, têm realizado cursos e parcerias com instituições que implementam projetos sociais.

Em 2020, elas conseguiram aprovar um projeto importante para toda a comunidade. Trata-se da implantação de uma minifábrica



de beneficiamento de castanha, que será fundamental para favorecer a comercialização do produto e seus derivados. Além disso, a nova estrutura dará aos extrativistas mais autonomia para negociar com compradores, evitando perdas com atravessadores e valorizando o próprio trabalho. Como um sinal de suas conquistas, os biscoitos que produzem já passaram a circular na região em embalagens ilustradas com a castanheira e o lema da comunidade.

Conflitos e lutas da comunidade

Apesar dos avanços que vêm fazendo em relação à auto-organização e à mobilização comunitária, os moradores de Repartimento dos Pilões ainda convivem em meio a conflitos agrários e socioambientais que resultam de processos históricos de concentração de terras e superexploração do trabalho nos latifúndios da região do Jari. Nesse cenário, onde atualmente a monocultura do eucalipto teima em avançar sobre a diversificada floresta amazônica, a principal luta da comunidade tem como objetivo a defesa da terra onde vive.

Para as famílias locais, a conservação das florestas nativas e a garantia do acesso ao solo fértil para plantar são condições necessárias ao exercício dos direitos fundamentais à moradia, ao trabalho

Para as famílias locais, a conservação das florestas nativas e a garantia do acesso ao solo fértil para plantar são condições necessárias ao exercício dos direitos fundamentais à moradia [...]

e à convivência digna em coletividade. Em outras palavras, são indispensáveis ao seu modo de vida sustentável. Afinal, é nessas terras que desenvolvem atividades agroextrativistas essenciais para sua reprodução social, econômica, cultural e ecológica.

Luta pela terra

A luta por direitos territoriais vem de longa data. Na década de 1980, ocorreu o primeiro episódio marcante de violência contra um membro da comunidade devido ao uso da terra que ocupava. Seu Getúlio Araújo, extrativista e agricultor, ficou detido por 52 horas porque desobedeceu à proibição de fazer roça na localidade, imposta pela empresa Jari Florestal. Tal proibição, que desestruturava a vida dos pequenos agricultores em benefício de um latifúndio lucrativo para alguns poucos empresários, desencadeou uma série de conflitos que se estendem até o presente.

Após esse episódio, a Jari distribuiu um documento que tratava como invasores os moradores das comunidades do entorno e reafirmava a proibição de fazer roça. Em 1983, com o apoio



do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), 40 líderes comunitários seguiram de navio para Belém, capital do Pará, a fim de reivindicar a garantia de direitos territoriais junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

Essa viagem deu início a um processo de organização coletiva que culminou na criação da As-

sociação dos Micros e Miniprodutores Rurais e Extrativistas da Comunidade de Repartimento dos Pilões (ASMIPPS), em 1995. Desde então, a associação atua na promoção e na defesa dos direitos agrários, ambientais e sociais da comunidade. Seu objetivo é melhorar as condições de vida e trabalho das famílias locais, respeitando a legislação ambiental e fundiária. Além disso, seu estatuto prevê ações que assegurem a implementação e manutenção de programas de desenvolvimento sustentável, de forma a preservar e proteger os recursos naturais da área de abrangência da entidade.

Após a criação da ASMIPPS, a Jari intensificou as restrições à abertura de roças nas comunidades do entorno. Em 1996, Seu Nivaldo, mais conhecido como Cordel, iniciou uma plantação de mamão que, em seguida, foi derrubada pela empresa. Até 2010, mais ou menos, a destruição das plantações familiares foi corriqueira, prejudicando a sobrevivência de pessoas que dependiam diretamente da agricultura, assim como das florestas nativas.

O empate

A necessidade de defender a floresta e a biodiversidade como parte do território em que viviam tornou-se mais urgente a partir de 2014, quando um evento marcou a história de Repartimento dos Pilões: o empate, também chamado de embate por alguns moradores. O empate foi adotado pela primeira vez pelos seringueiros do Acre, liderados por Chico Mendes, no fim dos anos 1970, a fim de evitar o corte de árvores na floresta. Trata-se de uma



tática de resistência pacífica em que um cordão humano é formado para “empatar” – ou seja, impedir – a passagem ou a ação de oponentes.

Iniciado às vésperas do Natal de 2014, o empate protagonizado por moradores de

A convivência no acampamento foi uma experiência única, que impulsionou as relações de solidariedade entre vizinhos e parentes, inclusive de outras comunidades.

Repartimento dos Pilões e comunidades vizinhas constituiu uma das maiores expressões da mobilização social contra os danos ambientais provocados pela Jari no município de Almeirim. Dezenas de pessoas acamparam por cerca de dois meses em uma área que a empresa pretendia explorar, empatando a ação de 200 trabalhadores contratados para extrair madeira. O evento trou-

xe a público a situação conflituosa vivenciada no vale do Jari e repercutiu em decisões internacionais, inclusive de retirada da certificação ambiental antes concedida à Jari, o selo verde FSC (de Forest Stewardship Council, ou Conselho de Manejo Florestal, em português).

A convivência no acampamento foi uma experiência única, que impulsionou as relações de solidariedade entre vizinhos e parentes, inclusive de outras comunidades. Nesse sentido, o evento deu origem à Rede Intercomunitária Almeirim em Ação (Rica), entidade da qual filhas e filhos de Repartimento dos Pilões participam ativamente.

A organização interna também saiu fortalecida, com o surgimento de novas lideranças na ASMIPPS. A propósito, é interessante notar que, se na primeira fase de organização da comunidade, nos 1980, os homens foram pioneiros, recentemente as mulheres passaram a ocupar posições de liderança política e cargos administrativos na associação, e se tornaram protagonistas das lutas em Repartimento dos Pilões.

A luta pela Reserva Extrativista Floresta Viva

Vendo-se envolvidos em um conjunto de lutas que conectam o plano local ao global, uma vez que os interesses da Jari se ligam ao mercado externo, líderes comunitários de Repartimento dos



Pilões sentiram necessidade de ampliar a participação política da comunidade na sociedade abrangente. Suas lutas já não se restringiam ao direito de uso do solo para plantar, mas tinham em foco o direito de usar de maneira sustentável e coletiva todo um território composto por florestas, igarapés, roças e áreas de moradia e atividades comunitárias.

Com esse objetivo, a ASMIPPS passou a reivindicar a criação da Reserva Extrativista (Resex) Floresta Viva, em uma área de aproximadamente 51 mil hectares, contígua à Estação Ecológica do Jari. Junto com essa Unidade de Conservação, a Resex possibilitaria concretizar um projeto de futuro que garanta não só a saúde da população humana de Repartimento dos Pilões, mas também a sustentabilidade dos castanhais, das florestas, das águas e, conseqüentemente, de todas as formas de vida que habitam esses ambientes.

Para a ASMIPPS, a expectativa é de que a Resex permita à comunidade exercer suas atividades baseadas no extrativismo, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, assegurando a continuidade do modo de vida local, a transmissão dos conhecimentos e das práticas tradicionais, e o equilíbrio ecológico da área por meio do manejo sustentável dos recursos naturais. Além disso, permitiria a conciliação de tradições e inovações, praticadas, por exemplo, no cultivo de mudas de espécies nativas como castanheiras, em um processo de tomada de "consciência de: de onde vim, onde estou e para onde quero ir", como diz Dilva Araújo.

Repartimento dos Pilões: terra de castanheiras e castanheiros
© 2022 – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor

Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor

Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitor de Administração

Raimundo da Costa Almeida

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira

Pró-Reitor de Extensão

Nelson José de Souza Júnior

Pró-Reitor de Relações Internacionais

Edmar Tavares da Costa caro Duarte Pastana

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Cristina Kazumi Nakata Yoshino

NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE

Diretor Geral

Gilberto de Miranda Rocha

Diretora Adjunta e Coordenadora Acadêmica

Maria do Socorro Almeida Flores

Coordenador do Programa de Formação Interdisciplinar em Meio Ambiente

André Luis Assunção de Farias

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia

Christian Nunes da Silva

Coordenadora de Informação Ambiental

Olizete Nunes Pereira

Coordenador de Planejamento, Gestão e Avaliação

Daniel Aparecido da Silva

Coordenador do Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica

Daniel Araújo Sombra Soares

COMISSÃO EDITORIAL NUMA/UFPA

Robert Walker

University of Florida, USA

Pierre Teisserenc

Université Paris 13, França

Carlos Walter Porto Gonçalves

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Ana Maria Vasconcellos

Universidade da Amazônia, Brasil

Gilberto de Miranda Rocha

Universidade Federal do Pará, Brasil

Olizete Nunes Pereira

Universidade Federal do Pará, Brasil

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

Reitor

Hugo Alex Carneiro Diniz

Vice-Reitor

Aldenize Ruela Xavier

Pró-Reitor de Cultura, Comunidade e Extensão

Marcos Prado Lima

Pró-Reitora de Administração

Sofia Campos e Silva Rabelo

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Solange Helena Ximenes Rocha

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Fabriciana Vieira Guimaraes

Pró-Reitora de Gestão Estudantil

Lidiane Nascimento Leão

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica

Lenise Vargas Flores da Silva

COLEÇÃO AMAZÔNIA RECONTADA

Realização

Núcleo de Estudos Interdisciplinares
em Sociedades Amazônicas, Cultura e
Ambiente (Sacaca)
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia e Antropologia (PPGSA)

Comissão editorial

Bruno Alberto Paracampo Mileo (Ufopa)
Judith Costa Vieira (Ufopa)
Luciana Gonçalves de Carvalho (Ufopa)
Voyner Ravena-Cañete (UFPA)

Conselho científico

Alvair Carolino da Silva (Ifam)
Edgar Chagas Júnior (Unama)
Elenise Farias Scherer (Ufam)
Estevão Rafael Fernandes (Unir)
Florêncio Almeida Vaz Filho (Ufopa)
Joaquim Shiraishi Neto (UFMA)
José Maria Silva (Unifap)
Lilian Rebellato (Ufopa)
Luis Fernando Cardoso e Cardoso (UFPA)
Mariana Ciavatta Pantoja Franco (Ufac)
Marisa Barbosa Araújo (UFRR)
Rosirene Martins Lima (Uema)
Socorro Batalha (Ufam)
Solange Maria Gayoso da Costa (UFPA)
Suiá Omim A. de Castro Chaves (UFT)
Zair Henrique dos Santos (Ufopa)

Repartimento dos Pilões:

terra de castanheiras e castanheiros

Organização

Luciana Gonçalves de Carvalho
Malenna Clier Ferreira Farias

Pesquisa

Ana Paula Araújo Gomes Cunha
Juliana Leide Marques Bentes Barreto
Luciana Gonçalves de Carvalho
Malenna Clier Ferreira Farias
Railana Fernanda Neres

Entrevistas

Altamir Mendonça Dias
Dilva Maria Araújo
Getúlio Monteiro de Araújo
Isabel Araújo de Almeida
Ivone Santos
Jeová Duarte Almeida
José Maria da Silva Sales
José Ribamar Rodrigues Pinto (Perobo)
Josué Castro da Silva
Leiliane da Conceição Nascimento
Maria de Lima Araújo
Nielison de Souza Almeida
Nikele de Souza Almeida
Nícacio Araújo de Almeida
Nivaldo Carvalho (Cordel)
Nivaldo Carvalho de Almeida Filho (Dinho)
Niverson de Souza Almeida
Raimundo Fernandes da Silva (Pelé)
Raimundo Ferreira Filho (Bebé)
Vanildo de Souza Costa Carvalho (Bigode)

Texto

Juliana Leide Marques Bentes Barreto

Luciana Gonçalves de Carvalho

Malenna Clier Ferreira Farias

Valentina Calado Pompermaier

Revisão de texto

Michele Paiva

Ilustração

Rodrigo Neves Gomes

Todas as ilustrações são baseadas em registros fotográficos da comunidade produzidos pela equipe de pesquisa.

Projeto gráfico

Claudia Duarte | Avellar e Duarte

Financiamento

A pesquisa que deu origem a esta publicação foi realizada com recursos oriundos de diversas fontes, assim como sua edição e produção gráfica.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap)

Programa de Fortalecimento dos Grupos de Pesquisa da Universidade Federal do Oeste do Pará

Programa Institucional de Bolsas de Pesquisa, Ensino e Extensão da

Universidade Federal do Oeste do Pará (PEEx/Ufopa)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca do Núcleo de Meio Ambiente/UFPA – Belém – PA

R425r Repartimento dos Pilões [recurso eletrônico]: terra de castanheiras e castanheiros / Organizadoras, Luciana Gonçalves de Carvalho, Malenna Clier Ferreira Farias. – Dados eletrônicos. – Belém: NUMA/UFPA, 2022..

72 p. : il. color. ; 21 cm (Coleção Amazônia recontada; v. 2)
Sistemas requeridos: leitor de PDF (Adobe Reader, Foxit Reader, etc.)
ISBN 978-65-88151-13-6.

1. Florestas – Conservação –w Almeirim (PA). 2. Proteção ambiental – Almeirim (PA). 3. Conservação da natureza. 4. Justiça ambiental. I. Carvalho, Luciana Gonçalves de, Org. II. Farias, Malenna Clier Ferreira, Org. III. Associação dos Micro e Miniprodutores Rurais e Extrativistas da Comunidade de Repartimento dos Pilões (PA). IV. Série.

CDD: 23. ed.: 363.70098c115

Elaborado por Olizete Nunes Pereira – CRB-2 1057

Localizada no Vale do Jari, na divisa do Pará com o Amapá, a comunidade de Repartimento dos Pilões enfrenta os danos ambientais provocados por um projeto de exploração industrial de celulose, implantando na região no fim dos anos 1960. Em meio a grandes extensões de terras ocupadas por plantações de eucalipto e gamelina, os moradores lutam pela conservação das florestas nativas que restam e constituem a base de seu modo de vida.

Apoio



Realização



ISBN: 978-65-88151-13-6

CDL



9 786588 151136